decreto-lei n.º 26:118, de 24 de Novembro de 1935, a secretaria notarial de Fundão.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Janeiro de 1936. — António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Manuel Rodrigues Júnior.

Decreto n.º 26:195

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É criada, nos termos do artigo 55.º do decreto-lei n.º 26:118, de 24 de Novembro de 1935, a secretaria notarial de Ovar.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 13 de Janeiro de 1936. — António Oscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Manuel Rodrigues Júnior.

Decreto n.º 26:196

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É criada, nos termos do artigo 55.º do decreto-lei n.º 26:118, de 24 de Novembro de 1935, a secretaria notarial de Águeda.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 13 de Janeiro de 1936.— António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Manuel Rodrigues Júnior.

Decreto n.º 26:197

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É criada, nos termos do artigo 55.º do decreto-lei n.º 26:118, de 24 de Novembro de 1935, a secretaria notarial de Bragança.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Govêrno da República, 13 de Janeiro de 1936.— António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Manuel Rodrigues Júnior.

Decreto n.º 26:198

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É criada, nos termos do artigo 55.º do decreto-lei n.º 26:118, de 24 de Novembro de 1935, a secretaria notarial de Barcelos.

Publique-se e campra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Janeiro de 1936.— António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Manuel Rodrigues Júnior.

Decreto n.º 26:199

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É criada, nos termos do artigo 55.º do

decreto-lei n.º 26:118, de 24 de Novembro de 1935, a secretaria notarial de Idanha-a-Nova.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 13 de Janeiro de 1936.— António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Manuel Rodrigues Júnior.

Decreto n.º 26:200

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É criada, nos termos do artigo 55.º do decreto-lei n.º 26:118, de 24 de Novembro de 1935, a secretaria notarial de Albergaria-a-Velha.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 13 de Janeiro de 1936.— António Óscar de Fragoso Carmona — António de Oliveira Salazar — Manuel Rodrigues Júnior.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

1.ª Repartição

Para conhecimento de todos os serviços do Estado se publica a seguinte exposição, desta Direcção Geral, e o despacho exarado sôbre a mesma por S. Ex.ª o Sub-Secretário de Estado das Finanças:

Exposição

Reconhecendo-se que vários serviços do Estado não podem dar execução, no corrente mês, ao disposto no artigo 18.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, porquanto o artigo 8.º do decreto n.º 26:177, de 31 de Dezembro próximo passado, determinou que os mesmos serviços deverão publicar no Diário do Govêrno, até 15 de Janeiro corrente, relações dos funcionários cujos quadros tenham sido alterados, quer no número dos funcionários, quer nas respectivas categorias, tem esta Direcção Geral a honra de solicitar que superiormente sejam os referidos serviços relevados da falta de cumprimento no corrente mês do disposto no citado artigo 18.º do decreto n.º 18:381. Superiormente porém se resolverá.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, 8 de Janeiro de 1936.— O Director Geral, António J. Malheiro.

Despacho

Autorizo. — 8 de Janeiro de 1936. — J. P. da Costa Leite.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, 9 de Janeiro de 1936.— O Director Geral, António J. Malheiro.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 26:201

Pelo decreto n.º 26:120, de 24 de Novembro de 1935, que reorganizou os serviços da Administração Central de Marinha, foram criados alguns cargos na armada e